

## O PROTAGONISMO DE UM CAPOEIRA NO PÓS-ABOLIÇÃO

FRAGA, Walter. *Longe, muito longe: Manoel Benício dos Passos, um capoeira no ativismo do pós-abolição*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 367p.

A história do protagonismo de homens e mulheres capoeiras na historiografia baiana por muito tempo se limitou a notas de rodapé dos trabalhos de história social. Nas duas últimas décadas, as pesquisas em história realizadas, tanto na Bahia como em programas de pós-graduação de outros estados, contribuíram consideravelmente para o positivo deslocamento do lugar desses protagonistas negros e negras, passando essas personagens a ocupar as narrativas centrais dos trabalhos historiográficos. Na historiografia baiana, no entanto, em número ainda muito tímido, esses trabalhos se limitaram a abordar as experiências históricas de homens e mulheres capoeiras do século XX, com uma ou outra referência a registros do

século XIX.<sup>1</sup> Nas rodas de conversas entre especialistas do tema, a queixa em comum é: como descortinar o universo dos capoeiras baianos na Salvador dos oitocentos? *Longe, muito longe: Manoel Benício dos Passos, um capoeira no ativismo do*

---

1 Ver Josivaldo Pires de Oliveira, *No tempo dos valentes: os capoeiras na Cidade da Bahia*, Salvador: Quarteto, 2005; Josivaldo Pires de Oliveira e Luiz Augusto Pinheiro Leal, *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil*, Salvador: Edufba, 2009; Antônio Liberac Cardoso Simões Pires, *A capoeira na Bahia de Todos os Santos: um estudo sobre cultura e classes trabalhadoras (1890-1930)*, Tocantins: Grafset, 2004; Adriana Albert Dias, *Mandinga, manha e malícia: uma história sobre os capoeiras na Capital da Bahia (1910-1924)*, Salvador: Edufba, 2006; Paula Juliana Foltran, *Mulheres incorrigíveis: histórias de valentia, desordem e capoeiragem na Bahia*, São Paulo: Dandara, 2021.

*pós-abolição*, do historiador Walter Fraga, vem preencher essa lacuna!

Na década de 1960, Vicente Ferreira Pastinha, o saudoso Mestre Pastinha, advertiu que quem quisesse conhecer a história dos capoeiras baianos procurasse nos arquivos policiais. As recomendações do velho mestre tiveram que aguardar por mais três décadas para que fossem atendidas.<sup>2</sup> Mesmo com as pesquisas realizadas nos arquivos judiciais e policiais baianos nos anos 1980 e 1990, o tema da capoeira não aparecia aos olhos dos pesquisadores e pesquisadoras.<sup>3</sup> Naquele período, a pesquisa com fontes judiciais e policiais no Rio de Janeiro já apresentava boas evidências para uma história da capoeira naquela cidade. Os historiadores e historiadoras da escravidão urbana foram surpreendidos, ao consultar essa documentação, com o protagonismo dos chamados

capoeiras. Para a primeira metade do século XIX foi identificada farta documentação na qual a capoeira era citada como “padrão de criminalidade escrava”.<sup>4</sup> Para a segunda metade dos oitocentos muitos foram os documentos identificados que evidenciavam o protagonismo dos capoeiras na passagem do regime imperialista para o republicano, com bastante ênfase na represália política no alvorecer da República e, por consequência, o desterramento dos capoeiras cariocas, engrossando assim a fila de presos políticos, acusados dos crimes de capoeiragem e desordem pública para cumprir pena na Ilha de Fernando de Noronha.<sup>5</sup>

Encontrar documentação semelhante a essa para a história da capoeira na Bahia do século XIX foi desafio para os historiadores e historiadoras que se arrastou até o presente.

2 Mestre Pastinha, *Capoeira Angola*, Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.

3 Para um balanço crítico da historiografia baiana recente, ver Erivaldo Fagundes Neves, “Perspectivas historiográficas baianas: esboço preliminar de elaborações recentes e tendências hodiernas de escrita de História na Bahia” in Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira e Isabel Cristina Ferreira dos Reis (Orgs), *História regional e local: discussões e práticas* (Salvador: Quarteto, 2010), pp. 93-117.

4 Leila Mezan Algranti, *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808 – 1822)*, Petrópolis: Vozes, 1988, pp. 164-172; ver ainda: Carlos Eugênio Libano Soares, *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro*, Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

5 Ver: Carlos Eugênio Libano Soares, *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial*, Rio de Janeiro: ACCESS, 1999. Liberac Cardoso Simões Pires, *Culturas circulares: a formação histórica da capoeira contemporânea no Rio de Janeiro*, Curitiba: Progressiva, 2010.

Romper com esse silêncio é a primeira contribuição que o livro de Walter Fraga apresenta para a historiografia baiana e ainda com o luxo de revelar a tão esperada e desejada história do capoeira Macaco Beleza e seu protagonismo no ativismo do pós-abolição.

Estruturado em dez capítulos, os quais são distribuídos, juntamente com os elementos pré e pós-textuais, em 367 páginas, *Longe, muito longe* narra a história de Manoel Benício dos Passos, homem negro, ex-escravizado que viveu em Salvador nas últimas décadas do século XIX. Mas Manoel Benício entrou para a história identificado pelo seu notório apelido de Macaco Beleza, o capoeira que protagonizou importantes cenas da vida política da capital baiana no início da República.

Nos dois primeiros capítulos, Walter Fraga apresenta seu personagem, procurando situar o contexto do nascimento do “menino chamado Manoel” e, mesmo com parcas fontes, o autor conseguiu arrancar das anotações do escrivão da Casa de Detenção a filiação de Manoel Benício: sua mãe chamava-se Maria Cristina, “mas no assento de batismo ela aparece simplesmente como Cristina. Sabe-se que os

padres nem sempre primavam pela exatidão no registro dos nomes dos pais e das mães das crianças cativas” (p. 19). O sobrenome Passos foi herdado de sua senhora Maria Bernadete de Souza Passos, que lhe garantiu a alforria sem custos para os familiares. Entretanto, o mesmo não aconteceu com sua mãe crioula Maria Cristina e sua avó africana de nome Antônia, todas cativas de Maria Bernadete, senhora da Freguesia dos Mares.

Quanto ao apelido Macaco Beleza, que garantiu notoriedade popular ao jovem Manoel Benício de Souza Passos, Fraga apresenta algumas possibilidades para a origem do apelido, inclusive aquela sugerida pelo pesquisador Frederico José de Abreu, que instigou a pensar sobre o silenciamento histórico de Macaco Beleza, provocando muitos de nós, capoeiristas e pesquisadores da capoeira, inclusive o próprio autor de *Longe, muito longe*.<sup>6</sup> Segundo Walter Fraga,

---

6 Não fui o único pesquisador que em conversas regadas a um bom café com Frede, na sala de sua residência ou na biblioteca do Instituto Mauá, onde trabalhava, sentiu evidente a sua inquietação por Macaco Beleza, de quem só tínhamos uma ou outra notícia. Até que em 2011, poucos anos antes de seu falecimento, Frede publicou sobre Macaco Beleza, a saber: Frederico José

para Abreu, o querido e saudoso Frede Abreu, o apelido Macaco Beleza tem origem nas acepções racistas que orientavam o tratamento das elites às gentes de cor: “o apelido trazia embutido um conteúdo racista, associando um homem negro à figura do macaco” (p. 76).

O autor faz uma abordagem com alguma erudição para problematizar o termo Macaco no apelido do capoeira Manoel Benício. Chega a consultar elementos do kikongo e kimbundu, línguas Bantu faladas no Norte e Planalto Central de Angola, dialogando com especialistas como Nei Lopes e Yeda Pessoa de Castro, assim encontrando diferentes significados para o termo e, ao final, retira conclusões muito semelhantes às de Frede Abreu, concordando que o apelido Macaco Beleza teria acepção racista e de estigmatização social: “o apelido tornou-se marca estigmatizante do negro que ousava meter-se na arena política sem a tutela e sem o consentimento dos brancos” (p. 79). E Macaco Beleza não precisou da tutela e nem de consentimento dos brancos para agitar a vida política de Salvador nos primeiros anos da República. Essa

---

Abreu, *Macaco Beleza e o massacre do Taboão*, Salvador: Barabô, 2011.

é a história que o interessante livro de Walter Fraga nos traz.

Nos capítulos 3, 4 e 5 Walter Fraga discute como Macaco Beleza ingressou na causa abolicionista e protagonizou a rebeldia negra no contexto da instauração da República na Bahia, compondo a famosa Guarda Negra e tomando partido nos debates políticos sobre a mudança de regime, o que foi entendido como um total absurdo pelas elites brancas da capital baiana.

Fraga identificou vários processos sobre prisões sofridas por Macaco Beleza a partir de 1885, na região central da cidade, não mais na freguesia dos Mares, seu território até então. O autor sugere que o deslocamento de Macaco Beleza para essa nova região pode ter se dado por ação da autoridade policial local para o expulsar de seu território de controle ou mesmo como opção dele próprio com o intuito de romper os laços que o prendiam a sua antiga senhora (p. 80). Será nessa nova espacialidade que Macaco Beleza ganhará a notoriedade que marcou as memórias sobre o famoso capadócio das agitações políticas e das desordens da capoeiragem baiana do final do século XIX. A Sé, Rua do Passo, Taboão e Santo

Antônio Além do Carmo passaram a ser algumas das principais zonas de atuação de Macaco Beleza, regiões marcadas pelo cotidiano da valentia, universo de capadoçagem.<sup>7</sup> Macaco Beleza não era nesses trechos o único valente, mas passou a constituir o grupo de capadócijs que aterrorizava o centro da cidade. Fraga levantou grande número de passagens de Macaco Beleza pela Casa de Correção entre 1886 e 1889, aonde encontrou vários outros presos pelas mesmas razões: desordem pública, arruaças e homicídios. Esse foi o caso, por exemplo, dos indivíduos envolvidos no assassinato do frei carmelita João Lucas de Monte Carmelo, no Engenho do Carmo, em 1882. Crime de repercussão nacional, “não apenas porque envolveu um religioso da alta hierarquia eclesiástica, mas também porque acirrou o debate em torno dos castigos corporais e da abolição” (p. 92).

Fraga argumenta que esse período em que se identifica muitas prisões de

Macaco Beleza no centro da cidade coincide com a ascensão conservadora na Bahia, que priorizava a manutenção da ordem pública, “o que naquele tempo significava mais policiamento das ruas e repressão ao ativismo abolicionista” (p. 93). Teria sido naquele período que Macaco Beleza havia se aproximado dos políticos do Partido Liberal, tornando-se alvo privilegiado dos delegados e inspetores de quartirão alinhados aos conservadores. Esse também foi o período em que a vertente popular conferiu força política em favor da abolição e entre os militantes negros dessas mobilizações estava o ex-escravizado Manoel Benício dos Passos, conhecido pela alcunha de Macaco Beleza!

Por mais que Macaco Beleza tenha protagonizado, através de discursos públicos e ações, o movimento pela abolição em Salvador, ele “continuou a aparecer nos jornais como um dos mais célebres capadócijs e desordeiros – atributos negativos que, assim como vadio, eram associados a pessoas negras” (p. 118). Macaco Beleza não só protagonizou a campanha abolicionista como foi personagem de destaque nos conflitos entre monarquistas e republicanos em 1889, atuando na

---

7 “Capadoçagem” era um jargão policial e jornalístico muito utilizado no final do século XIX e primeiras décadas do século XX para se referir ao comportamento de indivíduos entendidos pelas forças policiais e pelas elites como de alta periculosidade social. Sobre capadócijs e capoeiras no início do século XX, ver: Oliveira, *No tempo dos valentes*.

condição de umas das lideranças da Guarda Negra, tensionando o processo de instauração do novo regime político na Bahia. A notoriedade de suas ações extrapolaram os limites territoriais da província da Bahia, ocupando páginas da *Gazeta de Notícias* da capital federal, onde foi citado como um dos indivíduos que falaram às massas nos perturbadores movimentos de junho de 1889 (p. 152).

A minuciosa pesquisa do competente historiador Walter Fraga rompeu com o silêncio histórico sobre Macaco Beleza e seu efetivo protagonismo em um dos mais importantes capítulos da história política da Bahia: o movimento abolicionista e o tenso processo de instalação da República. E assim como os membros das maltas da capital federal, Macaco Beleza também conheceu os cárceres da ilha de Fernando de Noronha (Capítulos 6 e 7). Este é outro tema abordado em *Longe, muito longe* que tem custado caro à historiografia baiana: a deportação dos capoeiras no início da República!

Uma das primeiras ações do presidente da República do Brasil, Marechal Deodoro da Fonseca, foi garantir liberdade ao chefe de polícia Sampaio Ferraz para deportação dos desordeiros

opositores da República para a ilha de Fernando de Noronha, e os capoeiras estavam no topo da lista. Entretanto, a historiografia tem apontado a dificuldade de acesso à documentação que registre a deportação de capoeiras de outras províncias que não apenas do Rio de Janeiro, então capital federal.<sup>8</sup> Esse é mais um silêncio historiográfico rompido pela excelente pesquisa de Walter Fraga.

A partir das fontes, Fraga consegue acompanhar a dinâmica do degredo dos desordeiros e opositores da República na Bahia, especialmente os membros da Guarda Negra. “A decisão de deportar Macaco Beleza foi para Manoel Vitorino [governador da província da Bahia] algo mais que desejo de impor a ordem. Foi também uma questão pessoal” (p. 166). Macaco Beleza ficou no presídio de Fernando de Noronha entre 1892 e 1894.

---

8 Além dos capoeiras cariocas registrados em farta documentação sobre a deportação para Fernando de Noronha, alguma fonte também foi encontrada sobre os capoeiras paraenses, mas sobre a Bahia desconheço qualquer referência antes do livro de Walter Fraga. Sobre o Pará, ver: Luiz Augusto Pinheiro Leal, *A política da capoeiragem: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906)*, Salvador: Edufba, 2008.

A interpretação de Fraga sobre a questão pessoal do governador baiano para deportar o capoeira Macaco Beleza é bastante plausível, tendo em vista que era uma realidade também experimentada no Rio de Janeiro com relação aos capoeiras membros das maltas cariocas ou aqueles que contrariavam a ordem do novo regime. No caso do Rio, ganhou grande destaque a crise ministerial da pasta das relações exteriores do governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, em caso envolvendo o capoeira Juca Reis. A deportação de José Elycio dos Reis foi um evidente problema de ordem pessoal com pessoas influentes das autoridades policiais, como Fraga revela (pp. 208-218).<sup>9</sup> Ou seja, os capoeiras sempre protagonizaram tensões com a esfera do poder, tanto no Rio quanto na Bahia, entre finais do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Entre a deportação dos capoeiras baianos e cariocas existe uma diferença que poderia ter sido melhor pontuada e problematizada por Fraga: a tipificação do crime. Muitos dos capoeiras deportados do Rio de Janeiro

9 Sobre a atuação de Sampaio Ferraz e a repressão aos capoeiras no Rio de Janeiro, ver: Soares, *A negregada instituição*.

foram enquadrados pelo artigo do Código Penal que tratava dos crimes de capoeiragem (Art. 402), ao tempo em que na Bahia não foi identificado um processo sequer com tal enquadramento, nem mesmo para os réus que foram deportados para Fernando de Noronha, como foi o caso de Macaco Beleza. Inclusive, os enquadramentos por crime de capoeiragem no Rio ocorreram até final da vigência do Código Penal, mas durante a onda da deportação (entre 1890 e 1894), muitos dos capoeiras sentenciados por capoeiragem foram deportados.<sup>10</sup> Curiosamente, na Bahia, a ausência ou não identificação de fontes que registrem esse enquadramento ainda é uma grande incógnita. Os enquadramentos penais eram em sua grande maioria por desordem pública e lesão corporal. Inclusive, as pesquisas desenvolvidas para o período de vigência desse código que criminaliza a prática da capoeira não identificaram processos de crime de capoeiragem na Bahia.<sup>11</sup>

Fraga lança novas luzes sobre um tema já bastante visitado, mas pouco

10 Sobre os enquadramentos por crimes de capoeiragem ao longo da Primeira República no Rio de Janeiro, ver: Pires, *Culturas circulares*.

11 A esse respeito, ver: Oliveira, *No tempo dos valentes*.

elucidado sobre os capoeiras deportados para Fernando de Noronha. Para entender elementos do cotidiano do presídio-ilha que recebeu o réu Macaco Beleza, Fraga levanta importantes registros sobre os capoeiras cariocas, inclusive sobre o protagonismo destes em questionar as prisões e a deportação, a exemplo da série de artigos intitulada “Cartas de um capoeira”, circulado pelo jornal *Novidades* de janeiro de 1891. A análise dessas cartas abre o capítulo sete, texto que discute de forma bastante interessante e criativa que Macaco Beleza não estava sozinho no universo dos “renegados da República” (p. 201), evidenciando as histórias dos capoeiras no contexto da deportação e revelando alguns importantes aspectos da “comunidade de capoeira em Fernando de Noronha” (p. 218).

Outra questão importante sobre o tema da deportação foi o que o autor chamou de “segunda abolição” (Capítulo 8). Quando Macaco Beleza chegou a Fernando de Noronha, o clima estava tenso por conta da movimentação por parte da população carcerária formada por ex-escravizados, que estava completamente “agitada com a expectativa de anistia

por crimes cometidos no tempo do cativo” (p. 222). Fraga se deparou com uma questão que ele conhece de perto: a luta por liberdade no pós-abolição.<sup>12</sup>

O volume de pedidos de soltura identificados por Walter Fraga possibilitou entender as tensões internas do presídio protagonizada pelos detentos que respondiam por crimes cometidos no tempo da escravidão, pois “o cativo havia acabado, mas parte da legislação que o sustentava se manteve intacta, dando base legal ao encarceramento da população negra”. Era contra isso que os companheiros de cárcere de Macaco Beleza lutavam.

Recife, no contexto da deportação, tinha uma evidente presença de desordeiros e capoeiras valentões, que chamava a atenção das autoridades, assim como no Rio de Janeiro e na Bahia. Tal preocupação fez com que o governo local criasse em 1900 uma Colônia Penal no Arquipélago de Fernando de Noronha, para encarcerar os “vagabundos”, “desordeiros” e “capoeiras”, como aponta o estudo de

---

12 Walter Fraga Filho, *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*, Campinas: Editora da Unicamp, 2006.



Mônica Beltrão.<sup>13</sup> Ou seja, as políticas de controle e encarceramento dos “relegados da República” no Recife tinham a mesma condução na capital baiana e no Rio de Janeiro. Perde o leitor o fato de o autor não ter contextualizado o universo da capoeiragem recifense e evidenciado qual relação poderia se traçar entre o que ocorria internamente e externamente ao presídio de Fernando de Noronha, pois merece atenção o fato de a repressão aos capoeiras em Recife ter se acentuado com o fim das deportações. Estaria o governo pernambucano muito ocupado com os degredados de outras províncias?

Nos dois últimos capítulos de *Longe, muito longe*, Walter Fraga trata sobre o retorno e fim do adorado e temido capoeira e ex-militante da Guarda Negra, Macaco Beleza. Um retorno surpreendente, certamente, como bem registra Walter Fraga: “a reparação pública de Macaco Beleza foi como uma verdadeira ressurreição,

já que os dois anos de banimento haviam feito muita gente acreditar que ele teria morrido” (p. 246).

O retorno de Macaco Beleza foi noticiado na imprensa, nas ruas e nas estrofes de poemas, obviamente, de autoria das elites que tremiam novamente com a presença do capoeira monarquista. Como perfeitamente afirmou Walter Fraga, Macaco Beleza foi o monarquista imprescindível para a formulação de uma crítica ao regime republicano que, com sua campanha de “desafricanização” e controle dos “antigos usos”, vedava à população negra participação no mundo da política e da luta pela cidadania (p. 268). Macaco Beleza era um risco para a consolidação da República na Bahia, precisava mesmo de um fim!

O desejo pelo fim de Macaco Beleza era tamanho que não faltavam notícias apressadas anunciando sua morte (p. 288). Após sua participação em movimentos de rua em 1893, por ocasião da Revolta da Armada e consequente espancamento sofrido pelas forças policiais, a saga do valente garoto da Maré passou a escrever as últimas linhas, traduzida pela sedutora narrativa do historiador Walter

13 Mônica Beltrão, *A capoeiragem no Recife antigo: os valentes de outrora*, Olinda: Nova Presença, 2020, p. 58. Ainda sobre os capoeiras e outros escravizados no Recife do século XIX, ver: Clarissa Nunes Maia, *Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888)*, São Paulo: Annablume, 2008.

Fraga. Para tristeza de uns e alegria de muitos, em 9 de março de 1898, os órgãos de imprensa da capital baiana estampavam manchetes sobre a morte de Macaco Beleza. O nome do hospital que lhe atestou o óbito não soa estranho para quem acompanha a história dos capoeiras baianos na Cidade da Bahia das primeiras décadas da República: Hospital Santa Izabel. Suas enfermarias voltadas para indigentes receberam muitos dos valentes capoeiras que morreram nas contendidas das ruas de Salvador como consequência daquilo que Macaco Beleza fez com maestria: desordens, arruaças, capangagem e pirraça política às elites locais!

Pedro Mineiro, Samuel da Calçada, Inocêncio Sete Mortes, Belmó do Correio, dentre outros, foram os valentes das ruas e capangas políticos de figuras republicanas que ocuparam os afazeres antes realizados por Macaco Beleza em nome dos monarquistas.<sup>14</sup>

Desta forma, não seria excesso, muito menos exagero, se Walter Fraga tivesse considerado um capítulo final para o reinado pós-morte de Macaco Beleza. As elites nunca esqueceram de Macaco Beleza, o terror das ruas, pois volta e meia seu nome era lembrado nas notícias da imprensa e nas memórias das elites toda vez que se deparavam com um valente semelhante: Macaco Beleza fez escola de capadócio e que bom que Fraga acatou o desafio de escrever a sua história.

*Longe, muito longe*, primoroso livro do historiador Walter Fraga, nos revela uma história fascinante. Os silêncios sobre a incrível saga de Macaco Beleza, o capoeira abolicionista, encontrou seu fim. A intensa pesquisa de Fraga e sua habilidade narrativa, já conhecidas por nós, leitores e leitoras de sua obra historiográfica, estão em *Longe, muito longe*, livro que traz, com a maestria de um habilidoso historiador, a saga de Macaco Beleza para perto, muito perto de nós.

**Josivaldo Pires de Oliveira**  

Universidade do Estado da Bahia – UNEB/  
Campus XIII

---

14 Sobre a atuação desses capoeiras junto a grupos políticos nas primeiras décadas da República, ver os trabalhos já citados de minha autoria e de autoria de Antônio Liberac Cardoso Simões Pires.

DOI: 10.9771/aa.v0i69.63359